

Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada: 342074

Classificação

050502 / /

Data: 10/01/25



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / XI ( \_\_\_ª)
- PERGUNTA Número 285 / XI ( 1ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>01/02/2010</u>
Secretário da Mesa <u>Recorreio</u>

Assunto: **Promessas do Governo sempre adiadas sobre a Linha do Oeste – Distrito de Leiria**

Destinatário: **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*Por determinação do SESP/AR, à  
Secretária da Mesa*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

10.02.01

*[Handwritten signature]*

Há demasiado tempo que o nosso país – a população da região Oeste e do Distrito de Leiria em particular – se confronta com uma situação de paralisia e degradação das condições do transporte ferroviário, nomeadamente no que diz respeito à Linha do Oeste.

Ao longo dos anos, sucederam-se as promessas e os anúncios mediáticos de grandes investimentos ou de estudos e planos que, ou não chegam ao fim ou são abandonados. Ao longo dos anos, a modernização da Linha tem sido condicionada à existência de um Plano Estratégico – e durante a campanha para as Legislativas'2009 o Governo PS num exercício eleitoralista anunciou milhões para investimentos na linha, sem apresentar tal plano com soluções investimentos previstos.

Depois de toda a propaganda durante a pré-campanha e a campanha eleitoral, é no mínimo digno de espanto e de indignação que agora o Orçamento do Estado e o respectivo PIDDAC, há dias apresentados pelo Governo, não incluam uma palavra nem um cêntimo de investimento para a Linha do Oeste.

Como o PCP reiteradamente tem exigido, a região deve saber quais as soluções que o Governo apresenta para a modernização da linha, incluindo a sua gestão, particularmente num quadro em que o Governo aponta por decreto-lei (pela revisão dos Estatutos da CP) para a possibilidade de desmembramento da CP enquanto operadora pública do transporte ferroviário nacional, admitindo a subconcessão a privados das suas linhas e serviços.

O PCP tem reclamado o urgente desbloqueamento de verbas e a devida dotação orçamental, bem como o aproveitamento de fundos comunitários para um investimento público que permita decididamente dotar a Linha do Oeste no quadro da sua unidade e natureza pública, das condições necessárias para a sua utilização pelas populações, pelas empresas e pelos milhares de turistas que todos os anos visitam a região.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A electrificação da linha; a colocação ao serviço de novo material circulante, em condições de reduzir o tempo de deslocação; o acesso a outras linhas; a reconfiguração de horários de acordo com as necessidades concretas das populações; a definição de tarifas socialmente justas, acessíveis e incentivadoras do uso do transporte colectivo; a recuperação e modernização das estações conferindo-lhes conforto, funcionalidade e atractividade; o desenvolvimento de acções de promoção deste modo de transporte; e a rentabilização da linha para o transporte de mercadorias no quadro do sector público de transporte são medidas urgentes que não podem esperar mais.

Por outro lado, o PCP considera urgente a concretização dos compromissos assumidos pelo Poder Central para com os concelhos do Sul do Distrito de Leiria e a concretização de medidas para os concelhos a norte do Distrito que, articuladas com o poder autárquico podem revalorizar este modo de transporte, criar condições para o desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida das populações, considerando a eventual ligação do eixo Marinha Grande/Leiria à Linha do Norte em Pombal.

É inaceitável qualquer perspectiva de privatização, no todo ou em parte, da Linha do Oeste, à imagem do que sucedeu com o Eixo Ferroviário Norte/Sul – incluindo a ligação pela Ponte 25 de Abril – com a sua entrega à empresa privada Fertagus. Pelo contrário, o que é exigível é a perspectiva de investimento na rede ferroviária e do seu planeamento e gestão como um todo, quer na vertente da Alta Velocidade quer na ferrovia convencional; e a defesa do transporte ferroviário enquanto serviço público e factor estratégico de desenvolvimento, de uma forma integrada, articulada e harmoniosa.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o seguinte:

1. Como explica o Governo esta situação de promessas eternamente adiadas, de anúncios de investimento não cumpridos e de investimentos não realizados?
2. Que medidas tenciona o Governo tomar afinal para que a modernização da Linha do Oeste e as várias intervenções com ela relacionadas possam avançar de uma vez por todas?

Assembleia da República, 27 de Janeiro de 2009.

O Deputado,

Bruno Dias